

Brasil na agenda de Venezuela e Bolívia

Sergio Leo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode se vangloriar: poucas vezes na história do país as movimentações das nações andinas atravessaram tanto as fronteiras com o Brasil. Das correntes de comércio e investimento às disputas políticas, Brasília raras vezes teve tanta relevância nos planos de Venezuela, Colômbia, Bolívia e Equador.

Duas visitas, nesta segunda-feira, dão mostras de que, em meio às críticas a uma suposta falta de iniciativa na política externa brasileira, o governo do Brasil é um ator solicitado nos cenários econômico e político regionais. Em Brasília, o presidente do Senado boliviano, Oscar Ortiz, chefiando um grupo de políticos de oposição, iniciará, com o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, uma agenda de encontros com autoridades brasileiras. Ele pretende expor as razões dos opositores do presidente Evo Morales na crise política que ameaça a governabilidade do país. Também hoje, em São Paulo, uma outra missão, esta venezuelana, discute negócios com empresários brasileiros.

O caso boliviano é sério, embora o governo brasileiro acredite ter sinais de que Evo Morales se empenhará para evitar uma ruptura institucional. Lula e seus emissários diplomáticos mantêm contatos reservados com o governo Morales e o incentivam a buscar diálogo com a oposição. As promessas de investimento brasileiro e os sucessivos gestos amistosos feitos por Lula parecem ter afastado, pelo menos por enquanto, o risco de ações beligerantes da Bolívia contra o Brasil. Morales mostra ânimo negociador até em relação ao inimigo histórico, Chile, a quem a Bolívia reivindica devolução da saída para o mar, tomada pelos chilenos no século XIX.

No plano interno, porém, o governo da Bolívia quer realizar um referendo, que poderá aprovar, com pequena maioria, a Constituição decidida sem a participação da oposição, que boicotou a votação, alegando irregularidades. Os opositores, que detêm os governos da região mais rica do país, como os de Santa Cruz, Beni e Pando, também convocou referendos para aprovar um estatuto de "autonomia", que, entre outras medidas, eliminaria o controle federal sobre determinados impostos. Não há acordo à vista, e ambos os lados ameaçam contestar os resultados dos referendos promovidos pelos adversários.

As autonomias defendidas pelas províncias (equivalentes aos Estados brasileiros) ameaçam o controle do governo nacional; a Constituição defendida por Morales pode criar uma enorme confusão jurídica e econômica no país, por afetar direitos de propriedade e conceder poderes às tribos originárias do território boliviano, que ganhariam direito de aplicar leis próprias, segundo costumes tradicionais, sobrepondo-se às autoridades locais.

Cresce papel do país em disputas andinas

Os referendos se decidem até junho, e o clima é de enfrentamento, com agressivas manifestações públicas. A vinda do senador Ortiz, do partido opositor Podemos, com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Tito Hoz de Vila, do mesmo partido, mostra a preocupação dos opositores bolivianos em trazer, para o Executivo e o Congresso brasileiros, a discussão política do país vizinho. Os bolivianos irão também à Argentina, país que tem se aproximado de Morales no contexto da crise energética da região. Pela presença econômica na Bolívia, o Brasil tem mais recursos que a Argentina para atuar como intermediário.

A missão venezuelana também coloca o Brasil em uma saia justa andina: o conflito do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, com o presidente colombiano, Álvaro Uribe. Hoje, em São Paulo, estarão ministros de Chávez decididos a atrair investimentos e negócios brasileiros, no esforço venezuelano de substituição de importações (principalmente colombianas) para conter o dramático desabastecimento no país. Chávez, apoiado na renda crescente com o petróleo em alta, quer investir pesadamente em logística, e seus ministros apresentarão hoje, em São Paulo, oportunidades para o Brasil em negócios com caminhões, silos, armazéns e alimentos.

Chávez já manifestou ao governo o interesse com que acompanha essa missão. Na quarta-feira, deve avaliar seus resultados, no encontro que terá com Lula, em Pernambuco, para acompanhar as obras da refinaria Abreu e Lima, sociedade da Petrobras (60%) com a PDVSA.

O Brasil vem aumentando o volume de exportações para a Venezuela, embora a desvalorização do dólar faça com que o valor exportado tenha praticamente estagnado nos dois primeiros meses do ano. Os conflitos com Uribe afetam o comércio bilateral - na última crise, pela invasão colombiana ao Equador em incursão contra as Farc, Chávez chegou a fechar por alguns dias a fronteira com a Colômbia. O Brasil poderá aumentar sua presença comercial na Venezuela, embora haja reticências dos exportadores, devido aos controle de câmbio impostos por Chávez.

Brasileiros com interlocução no governo venezuelano afirmam ter identificado maior autonomia dos ministros do centralizado governo venezuelano para firmar compromissos. A missão hoje em São Paulo pode mostrar quanto dessa impressão é verdadeira.

A aproximação comercial e empresarial entre Brasil e Venezuela faz crescer a importância dos contatos diplomáticos do Brasil com o hoje principal parceiro comercial venezuelano, a Colômbia. Do ponto de vista político, Chávez já indicou que está disposto a reunir-se com Uribe e reatar as relações mais uma vez, deixando para trás a troca de insultos e acusações trocados há poucas semanas. Os temas comerciais certamente serão assunto nessa conversa entre os presidentes colombiano e venezuelano.

As alegadas ligações de Chávez com a guerrilha colombiana enfrentada por Uribe são, porém, um miasma que contamina esse ambiente andino onde o Brasil começa a se envolver, por interesses políticos e econômicos. A guerrilha das Farc ainda é tema explosivo na agenda diplomática da região. O Brasil que se previna para evitar estilhaços.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 24 mar. 2008, Brasil, p. A2